



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UEAD
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA INGLESA A DISTÂNCIA**



MARIA VANESSA SOARES DE OLIVEIRA

**A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES A
PARTIR DA BNCC**

**MAMANGUAPE/PB
2021**

MARIA VANESSA SOARES DE OLIVEIRA

**A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES A
PARTIR DA BNCC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Letras – Inglês, UFPB, como requisito
obrigatório parcial para a obtenção do título
de Graduado em Letras – Inglês.

Mamanguape/PB
2021

MARIA VANESSA SOARES DE OLIVEIRA

**A LÍNGUA INGLESA NO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES A
PARTIR DA BNCC**

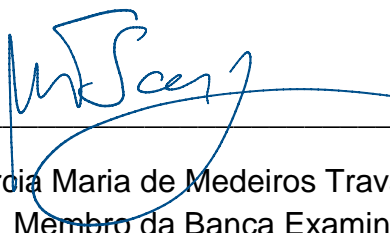
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Inglês da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Letras - Inglês, defendido e aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Walison Paulino de Araújo Costa – UFPB
Orientador/Presidente



Profa. Dra. Bárbara Cabral Ferreira – UFPB
Membro da Banca Examinadora



Profa. Dra. Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger – UFPB
Membro da Banca Examinadora

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a questão da língua inglesa no ensino fundamental, tendo como base as propostas apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, visando analisar diacronicamente como tem sido o papel da língua estrangeira na educação brasileira; conhecer as propostas da BNCC para o ensino de língua inglesa de forma contextualizada e entender como o ensino desse idioma em sala de aula pode contribuir para o uso do mesmo fora do ambiente escolar. Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental realizada na BNCC. A natureza dessa pesquisa é de base qualitativa, exploratória e descritiva. A partir de uma perspectiva diacrônica, buscou compreender como ocorreu o ensino de língua estrangeira no Brasil até o advento da publicação da BNCC, de forma a garantir uma aprendizagem significativa para os alunos. Com esse estudo pôde-se compreender como a BNCC pode contribuir para a concretude de um ensino voltado para uma maior relação entre ambiente escolar e realidade social e histórica dos educandos, visto que não há aprendizagem significativa sem levar em conta o contexto social da língua.

Palavras-chave: Língua inglesa. BNCC. Ensino contextualizado. Aprendizagem significativa.

ABSTRACT

This article aims to discuss the question of the English language in elementary school, based on the proposals presented by the Common National Curriculum Base – BNCC, aiming to diachronically analyze how the role of foreign language in Brazilian education has been; know the proposals of the BNCC for teaching English in a contextualized way and understand how teaching this language in the classroom can contribute to its use outside the school environment. This article is the result of a bibliographic and documentary research carried out at BNCC. The nature of this research is qualitative, exploratory and descriptive. From a diachronic perspective, it sought to understand how foreign language teaching occurred in Brazil until the advent of the BNCC publication, in order to ensure meaningful learning for students. With this study, it was possible to understand how BNCC can contribute to the concreteness of teaching aimed at a greater relationship between the school environment and the students' social and historical reality, since there is no significant learning without taking into account the social context of the language.

Keywords: English language. BNCC. Contextualized teaching. Meaningful learning.

INTRODUÇÃO

Num mundo globalizado, o inglês está intimamente presente no cotidiano dos jovens: na publicidade, nos programas de entretenimento e principalmente nas novas tecnologias, tal a importância dessa língua ser aprendida por estes, sendo o ambiente escolar um lugar propício para despertar o interesse destes para a aprendizagem de uma nova língua, visto que é o lugar onde se começam a entender a morfologia desse idioma.

No entanto, os alunos tendem a sentir dificuldade de entender aquilo que não lhes parece útil em sala de aula, por estar desconectado de seu contexto sócio-histórico - conforme aponta a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Isso pode ser resultante da pouca habilidade linguística que o falante brasileiro possui devido à prevalência das culturas monolíngues do nosso país, assim como frisam os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. (BRASIL 1989).

No presente trabalho, abordaremos a questão da língua inglesa no ensino fundamental, com base em algumas reflexões a partir da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diante disso, buscaremos analisar diacronicamente como tem sido o papel da língua estrangeira na educação brasileira e conhecer as propostas da BNCC para o ensino de língua inglesa de forma contextualizada.

De modo específico, este trabalho objetiva compreender a importância da função social da língua inglesa; discutir a necessidade de um ensino de língua estrangeira de forma contextualizada e entender como o ensino de inglês pode contribuir para tornar o aluno usuário da língua fora do ambiente escolar, em contextos reais de uso.

A partir do momento em que o ensino de língua inglesa em sala de aula acontece de forma contextualizada, priorizando não apenas as normas estruturais da língua, e sim focando em sua função social e política, assim como aponta a BNCC, a educação em língua estrangeira, pode significar a relevância da aprendizagem de outras culturas linguísticas.

Assim como toda língua, o inglês está intrinsecamente ligado às culturas de seus falantes, portanto, a sua dimensão da interculturalidade (BRASIL, 2018). Sendo assim, esse fator deve ser trabalhado em sala de aula, de modo que o aluno aprenda de forma contextualizada e significativa.

Esta pesquisa pode ser considerada como bibliográfica e documental. Essa última característica se presentifica por se tratar da análise da proposta apresentada na BNCC, sobre o ensino de língua inglesa no ensino fundamental.

A natureza dessa pesquisa é de base qualitativa, exploratória e descritiva. Alinhando-se a uma perspectiva histórica, visa, assim, a compreender como ocorreu o processo de ensino de língua estrangeira no Brasil.

Este artigo encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, apresentaremos aspectos históricos sobre o ensino de inglês no Brasil. Em um segundo momento, discutiremos propostas da BNCC para o ensino de língua inglesa de forma contextualizada e. E, em terceiro, seguem as considerações finais acerca desta discussão.

1 HISTÓRIA DO ENSINO DE LÍNGUAS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Antes da chegada dos primeiros colonizadores no ano de 1500, a língua utilizada pelos nativos residentes no Brasil - os indígenas - era o Tupi-guarani. Desde então, com a chegada dos europeus, o idioma predominante passou a ser o português, por ter sido Portugal o pioneiro a invadir as terras brasileiras à procura de riquezas, concretizando assim o projeto de colonização e exploração colonial.

Antes de se tornar a língua nacional brasileira, o português foi um idioma estrangeiro. Ele recebeu influência tanto do tupi, como de demais línguas. Essa mistura fez com que nascesse no “Novo mundo” um idioma com traços e características singulares, de vários modos, diferente daquele falado pelos colonizadores.

Esse afastamento da língua falada em Portugal, deu-se devido à influência cultural, sendo esse um fator determinante no que diz respeito ao processo de evolução de determinada língua, isso porque a função social da mesma resulta no uso que os falantes fazem desta em seu contexto sócio-histórico. “Concebendo a língua como construção social, o sujeito “interpreta”, “reinventa” os sentidos de modo situado, criando novas formas de identificar e expressar ideias, sentimentos e valores.” (BRASIL, 2018, p. 242)

Com o objetivo de colonizar as terras do “Novo Mundo”, percebendo que não era apenas uma fonte de extração de riquezas, e sim uma nação pertencente a Portugal, era preciso difundir seu idioma e sua cultura entre os povos indígenas.

Para tanto, em busca de catequizar os nativos, os jesuítas foram os primeiros a criar escolas no território brasileiro, sendo estas, inicialmente, focadas no ensino das línguas clássicas, grego e latim. Só depois, foram priorizadas as línguas modernas: francês, inglês, alemão e italiano. Mas o espanhol, só recentemente, foi acrescentado ao currículo.

Durante o período colonial, antes e depois da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o grego e o latim eram as disciplinas dominantes. A outras, incluindo o vernáculo, história e geografia, eram normalmente ensinadas através das línguas clássicas, nos exercícios de tradução e nos comentários dos autores lidos (FRANCA, 1952 apud EFFA, 1999, p. 3).

O estudo da língua inglesa no Brasil iniciou-se na época da família real, com a criação de duas escolas de Língua Estrangeira (LE) pelo príncipe regente, em 1837, devido à grande influência comercial que os ingleses exerceram neste país. A importância do inglês aumentou ainda mais com o presságio da Segunda Guerra Mundial (CHAGAS, 1967)

Apesar de essas escolas atribuírem ao ensino das línguas modernas um *status* equivalente aos das línguas clássicas, o mesmo apresentava alguns problemas, sendo o mais importante deles a falta de uma metodologia adequada para esse ensino. Também, apresentava problemas nas questões administrativas, resultando, assim, em uma educação mais preocupada com ter um profissional com diploma do que com qualificação de fato.

Nesse período, a carga horária era aproximadamente duas ou três horas semanais para cada língua, sendo que os alunos estudavam cerca de quatro ou cinco línguas, dependendo do regimento de cada escola. Mais tarde, esse número de horas foi reduzido, o que serviu como contribuinte para a desvalorização das línguas estrangeiras na escola.

Passado o período colonial, quando se instaurou a República, esse declínio na carga horária continuou, caindo pela metade esse número, no ano de 1892. Com isso, línguas clássicas, como o grego, foram extintas do currículo escolar, outras passaram a ser facultativas, sendo que apenas o inglês e o alemão passaram a ser exclusivamente oferecidas, podendo o aluno optar por uma ou outra.

A partir da Revolução de 30, com a instauração do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), foram dedicadas oito horas semanais para o estudo do inglês em sala de aula nas séries primárias. Na década de 40, o interesse por essa língua aumenta devido à relação pós-guerra entre Brasil e Estados Unidos.

Paralelamente, no contexto geopolítico, a emergência dos Estados Unidos pós-segunda guerra como potência militar, política e econômica é o que vai determinar, por um lado, o crescente espaço da língua inglesa em território nacional e provocar o *boom* das escolas privadas de inglês; (DAY, 2012, p. 7)

Antes da criação do MESP, o ensino de LE (Língua Estrangeira) acontecia com frequência livre e a avaliação era feita por meio de exames superficiais e sem rigor científico. Depois da criação do mesmo, muitas mudanças ocorreram, entre as quais a centralização do ensino de LE no país. Com isso, ficava a cargo do Ministério da Educação tomar todas as decisões com relação à LE, como: as metodologias e o programa a ser desenvolvido em cada série.

Em 1942, com base em ideias positivistas, foi formulada a Reforma de Gustavo de Capanema, a qual atribuiu grande importância ao ensino de LE no período da República no Brasil. A mesma robusteceu projetos começados com a reforma anterior, enfatizando a formação geral do aluno e buscando valorizar as disciplinas clássicas, assim como, também, conteúdos nacionalistas.

Nessa Reforma, foram destinadas ao ensino de idiomas (tanto os clássicos quanto os modernos) trinta e cinco horas semanais e, também, se estimulou nas escolas a aplicação do método direto. Pode-se dizer que “as décadas de 40 e 50, sob a Reforma Capanema, foram os anos dourados das línguas estrangeiras no Brasil”. (LEFFA, 1998, p. 11)

No entanto, o estudo das línguas estrangeiras começou a perder espaço nas escolas regulares quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1961 e a de 1971 não incluíram as línguas estrangeiras como disciplinas obrigatórias do currículo escolar para todas as séries, o que resultou na falta de uma política nacional de ensino e na diminuição significativa de aulas semanais, chegando até a uma hora semanal em algumas escolas e a exclusão da LE do 1º grau. Segundo Leffa:

As línguas modernas foram perdendo espaço no currículo e passaram a ocupar uma média de 6 anos de estudo a partir da Reforma Cunha Figueiredo (1876) contra uma média de 9 anos das Reformas anteriores. A mesma redução se aplica ao número de horas dedicadas ao estudo das línguas, que chegou a mais da metade no fim do império (LEFFA, 1999 apud VIDOTTI; DORNELAS, 2007, p. 58)

A LDB de 1961 contribuiu para instaurar a ideia de que não se aprende inglês na escola. Este fato permeia o imaginário de muitos alunos e também faz parte da realidade de muitas instituições escolares até os dias atuais.

Em 1976, o ensino de língua estrangeira só vem a se expandir quando a resolução nº 58, artigo 1º de 1º de dezembro torna o ensino de LE obrigatório no 2º grau e, ainda, quando a LDB de 1996 substitui o 1º e 2º graus por ensino fundamental e médio e reconhece a importância de se aprender uma língua estrangeira em sala de aula, desde o ensino fundamental, conforme escolha da comunidade, até o ensino médio, contexto em que se torna obrigatório esse estudo.

[...] a partir de conceitos básicos em política linguística, do delineamento de marcos históricos do ensino de línguas no país e da criação da lei 11.161 de 2005 que estabelece um contraponto com a LDB 9394/96. Segundo esta lei não há línguas estrangeiras específicas obrigatórias no ensino brasileiro, mas se o inglês ocupa atualmente o papel de “língua franca” imposta pelo mercado mundial, o espanhol tem um status jurídico de língua de oferta obrigatória em todo o território brasileiro. (DAY, 2012, p.1)

A partir da LDB de 1996, a desvalorização do ensino de línguas estrangeiras na educação básica começou a ser minimizada, visto que em 1971, a ela reduziu o ensino de 12 para 11 anos e introduziu a habilitação. Consequentemente, ela também sujeita o ensino de LE às condições de cada estabelecimento, fato este que levou a uma redução drástica na oferta de línguas estrangeiras no país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) surgem em 1998 complementando, de certo modo, o já estabelecido pela LDB. No entanto, o documento minimiza a importância do ensino das habilidades orais, afirmando que "somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral": (BRASIL, 1998)

A inclusão de uma área no currículo deve ser determinada, entre outros fatores, pela função que desempenha na sociedade. Em relação a uma língua estrangeira, isso requer uma reflexão sobre o seu uso efetivo pela população. No Brasil somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país. Mesmo nos grandes centros, o número de pessoas que utilizam o conhecimento das habilidades orais de uma língua estrangeira em situação de trabalho é relativamente pequeno. (BRASIL, 1998, p. 20)

Os PCNs não estabelecem nenhuma metodologia específica para o ensino de língua estrangeira, porém, sugerem, de acordo com as necessidades dos estudantes brasileiros, uma fundamentação teórica sócio-interacional, voltada para o desenvolvimento da leitura e interpretação de textos. Além de propor modificações em relação à metodologia abordada em sala, “dando menos preferência a exercícios gramaticais e privilegiando o contato cultural com a língua estrangeira, entendida

como forma de agir socialmente”. (COLOMBO, 2014, p. 23)

Os PCNs propõem que a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

No tocante aos motivos que subjazem o surgimento dos PCNs, cabe ressaltar que o crescimento do incentivo a propostas de ensino-aprendizagem mais voltadas para o enfoque da língua enquanto discurso foi um fator preponderante. Em relação ao seu processo de elaboração, Jacomeli (2007) aponta que ele teve início com o estudo das propostas curriculares de estados e municípios brasileiros e de outros países.

Até então, o ensino no Brasil não acontecia de forma unificada, ficando a cargo de cada realidade local estabelecer em seu currículo as devidas habilidades, competências e propostas pedagógicas de cada instituição. Houve, assim, desacordo entre os currículos regionais e as instituições de ensino no Brasil. Pensando nisso, e tendo em vista a necessidade dessa unificação, a educação básica se beneficiaria com um documento que definisse quais habilidades e competências essenciais deveriam contemplar o ensino básico em todo o país, sendo obrigatório que cada unidade escolar, pública ou privada, adotasse tais procedimentos.

Visando a essa unificação do ensino em todo país, em dezembro de 2018, foi aprovada, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a BNCC – a qual apresenta um conjunto de orientações responsáveis por nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos dos estados e municípios de todo o Brasil; apresenta habilidades e competências fundamentais para que o ensino de línguas aconteça de forma significativa e unificada em todo país. A partir dessas perspectivas, a BNCC coloca em curso o que está previsto no artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sancionada em 1996.

Quanto às habilidades, propostas no mesmo documento, estão diretamente relacionadas a cada competência, sendo correspondente a cada proposta apresentada de forma a atuar como medida de aptidão que o indivíduo possui para solucionar um problema. A mesma corresponde ao elemento de ligação entre o conhecimento e a atitude ou ação.

De acordo com a BNCC, o ensino de inglês, em sala de aula, deve proporcionar meios para o desenvolvimento de competências que se estendem além

do simples ato de ler, interpretar e resolver problemas. Para tanto, é preciso focar nos eixos: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural.

Portanto, esse documento busca, além de uma aprendizagem focada nos usos que permeiam a leitura e a escrita, reconhecer a função social que essa língua exerce, que não pode ocorrer em desacordo com a realidade interacional, muitas vezes concretizada por atos de linguagem através da oralidade. Os usuários devem pôr em prática o uso efetivo desse idioma, sendo, então, um ensino condizente com as demandas sociais de que fazem parte.

2 PROPOSTAS DA BNCC PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA DE FORMA CONTEXTUALIZADA

A BNCC foi elaborada por especialistas, tendo, também, como colaboradores parte da sociedade. Ela começou a ser planejada no ano de 2014 e teve sua completude, em relação a todas as modalidades que contemplam a educação básica, no ano de 2018. De forma a ser mais detalhada, a mesma foi inspirada nos PCNs e nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (OLIVEIRA, 2018).

Reconhecendo a grande importância do fator social para a aprendizagem de língua estrangeira, a Base Nacional Comum Curricular propõe um ensino que oportuniza esse diálogo do contexto social dos alunos com o que se aprende no ambiente escolar, proporcionando, portanto, um ensino mais contextualizado.

De acordo com a BNCC, as habilidades e competências ali presentes são mecanismos que proporcionam meios para a consolidação do aprendizado dos estudantes inseridos nesses ciclos: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

De acordo com cada ano escolar, a Base se encontra dividida em eixos, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, sendo essas últimas oitenta e oito, só para o ensino de língua inglesa. Tais habilidades têm como objetivo apontar mecanismos que promovam o desenvolvimento integral do aluno, agindo de acordo com o projeto de vida dos mesmos, trabalhando temas e objetos do conhecimento diverso. Além disso, são propostas competências que levam o aluno a um exercício da cidadania e os capacita para a resolução de situações cotidianas que envolvem aspectos cognitivos e socioemocionais.

A BNCC apresenta seis competências para língua inglesa, que são tidas como orientadoras para assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do educando nessa área. Tais competências visam basicamente:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural [...]
2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais [...]
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos [...]
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação [...]
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa [...]. (BRASIL, 1998, p. 246)

No que diz respeito à língua inglesa, esse documento tende a focar na sua função social e política. Nesse sentido, passa a tratar o inglês em seu status de língua franca - ou seja, no uso que falantes de outra língua possam fazer da língua inglesa - tendo como base, em seu ensino, a globalização, a qual possibilita ao aluno o acesso aos saberes linguísticos imprescindíveis para o desenvolvimento crítico do mesmo. Além do mais, ela apresenta três implicações necessárias a esse ensino (BRASIL, 2018):

- A primeira é de caráter formativo, para a qual a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, portanto, deve ser sujeita a rever as relações existentes entre língua, território e cultura, pelo fato de os falantes do inglês não se encontram apenas nos países em que essa língua é oficial.
- A segunda implicação diz respeito à ampliação da visão de letramento, ou seja, os multiletramentos, idealizados, por conseguinte, nas práticas sociais do mundo digital, no qual saber a língua inglesa potencializa as possibilidades de participação e circulação que aproximam e entrelaçam diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual), em um contínuo processo de significação contextualizado e ideológico.
- A terceira implicação se refere às abordagens de ensino. Situar a língua inglesa em seu *status* de língua franca implica compreender que determinadas crenças - como a de que há “um inglês melhor” para ensinar, ou um “nível de proficiência” específico a ser alcançado pelo aluno.

Diante dessas implicações, podemos perceber que os componentes abordados na BNCC para o ensino de língua inglesa se apresentam de forma mais contextualizada e integrada com o contexto e o projeto de vida dos alunos. A primeira implicação se refere à observação das relações existentes entre línguas; a segunda se refere à visão de letramento; e a terceira situa a língua inglesa em seu *status* de língua franca. Tais implicações possibilitam abrir novos percursos de construção de conhecimentos.

Por sua vez, a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. (BRASIL, 2018, p. 484)

Com relação ao Ensino Fundamental, esse ensino se ancora em cinco eixos: *oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural*.

O eixo da *oralidade* está relacionado às práticas de linguagem em situações de uso oral da língua inglesa, focando na compreensão e na produção, com ou sem contato face a face com o falante. (BRASIL, 2018)

Em relação ao eixo *leitura*, ele propõe que é indispensável que o mesmo aconteça associado ao contexto social do texto, reconhecendo que as práticas de leitura em inglês são responsáveis por promover, em outras coisas, o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento textual (o uso de pistas verbais e não verbais para formulação de hipóteses e inferências) e de investigação sobre as formas pelas quais os contextos de produção favorecem processos de significação e reflexão crítica/problematização dos temas tratados. O eixo relacionado à leitura enfatiza a construção de significados por meio da compreensão e interpretação de gêneros escritos e multimodais variados em língua inglesa.

O eixo Leitura aborda práticas de linguagem decorrentes da interação do leitor com o texto escrito, especialmente sob o foco da construção de significados, com base na compreensão e interpretação dos gêneros escritos em língua inglesa, que circulam nos diversos campos e esferas da sociedade. (BRASIL, 2018, p. 243)

O eixo *escrita* busca contemplar a esfera processual e colaborativa dessa modalidade, que consiste no planejamento-produção-revisão, tendo sempre como objetivo a interação entre usuários. A escrita autoral, que se inicia com textos que utilizam poucos recursos verbais indo até textos mais elaborados, com recursos

linguístico-discursivos diversos, auxilia a escrita autêntica, criativa e autônoma pelo indivíduo. (BRASIL, 2018)

O eixo *conhecimentos linguísticos* está relacionado ao conhecimento que o indivíduo tem do funcionamento sistêmico da língua, que seria: a prática da oralidade, leitura e da escrita dentro de um discurso, possibilitando aos falantes reflexões sobre o uso da língua inglesa, de modo contextualizado. Já o último eixo, a *dimensão intercultural*, remete que a aprendizagem de uma língua estrangeira não tem como acontecer dissociado das culturas que estão atreladas aos seus falantes, nativos ou não nativos. Nessa dimensão, busca-se valorizar a diversidade entre os povos, refletindo sobre aspectos relativos à interação entre culturas dos demais falantes de língua inglesa, visando ao favorecimento do convívio e do respeito. (BRASIL, 2018)

A BNCC ressalta a importância do uso de recursos midiáticos variados para o ensino de língua estrangeira, tais como verbo-visuais (cinema, internet, televisão, etc.) os quais possibilitam meios autênticos e significativos para o estabelecimento de práticas que envolvam o uso oral da língua em sala de aula.

Portanto, para este documento, a escola tem por objetivo acolher a juventude que está no processo de formação, auxiliando o seu projeto de vida para, logo mais, ser inserido ao mercado de trabalho. Além do mais, os conteúdos programados para esse público abordam questões da contemporaneidade, principalmente no que se referem ao uso das tecnologias, redes sociais, gêneros textuais da atualidade etc.

No âmbito da vivência social, o que se aprende na escola, geralmente, é tido pelos alunos como uso, quase em sua totalidade, apenas para processos seletivos futuros, o que já pode ir deixando de lado assuntos que não vão pesar tanto no resultado final desse processo, no caso, o inglês, que é opcional em vestibulares e não se aplica na grande maioria dos concursos públicos. Como frisa o British Council (2015, p.18) “[...] o inglês é uma matéria de importância secundária, que contribui menos para a formação dos alunos do que outras matérias da formação básica, como português e matemática”.

Diante desse impasse entre aprendizagem escolar *versus* vivência social, a BNCC é bastante assertiva em relação ao ensino da língua inglesa, ao estabelecer que não há aprendizagem significativa, sem levar em conta o contexto social da língua, assim também, como o aprendiz, o ambiente escolar e sua realidade circundante.

Todos esses fatores deixam ainda mais evidente a necessidade de um ensino contextualizado de língua estrangeira, que estabelece a relação entre a sala de aula e as interações sociais também fora da escola.

2.2 Contribuições do ensino de língua inglesa para seu uso fora do ambiente escolar

Desde as antigas civilizações até o mundo globalizado, os homens sentem necessidade de aprender outros idiomas, seja por interesse político, comercial ou social, sendo que as línguas servem de mediadoras para tais fins.

As aprendizagens vão acontecer em função das necessidades do indivíduo; estas tendem a gerar um desequilíbrio, fazendo com que imediatamente sujam motivos; [...] assim podemos dizer que, para que ocorram as aprendizagens é necessário um estado de alerta (moderado), impulso, vontade e desejo de aprender, ou seja motivação. (ROSA, 2007, p. 28)

Segundo a BNCC, o aprendizado da língua inglesa, além da obtenção de um novo idioma, também possibilita novas formas de participação dos alunos em um mundo social cada vez mais globalizado e plural, em que as fronteiras entre países e interesses pessoais estão cada vez mais difusas e contraditórias, ao mesmo tempo. (BRASIL, 2018)

Estudar um novo idioma requer ter um contato intensivo com a nova língua a ser aprendida, o que não implica dizer que é preciso estar num país anglófono para se fazer uso autêntico da língua, tampouco apenas com usuários nativos. Isso inclui a prática constante com leitura e produção de texto, atividades de escuta e contato com falantes que a usem. Mesmo que o Brasil seja um país cujo contexto social e político não favorece uma realidade voltada para o uso da língua inglesa na prática, é possível travar relações com usuários do inglês sem sequer sair do seu próprio quarto, sobretudo agora, na pandemia, momento em que as interações têm acontecido através do modo remoto.

No caso específico do Brasil, se comparado a outros países, mesmo nas cidades mais desenvolvidas, o número de pessoas que utilizam línguas estrangeiras como ferramenta integral de comunicação em circunstância de trabalho é bastante pequeno. Sem falar na grande maioria pobre que não vê oportunidade em usar efetivamente o inglês. Com isso, estudar essa língua em sala de aula, lugar geralmente considerado pelos alunos como insuficiente para alcançar grandes

resultados, pode ser visto como algo irrelevante, motivando o desinteresse por esse idioma.

Pensando nesses fatores, a BNCC propõe competências norteadoras para a concretude de um ensino voltado para uma maior relação entre ambiente escolar e realidade contextual dos educandos.

O intercâmbio entre duas línguas pode ocorrer de forma natural ou artificial. A natural é quando a língua original não possui termos semânticos suficientes para conter o significado do objeto que se pretende representar, já a artificial é quando ocorre substituição de palavras portuguesa por estrangeiras, sem justificativa plausível. Quando estudado em sala de aula, cabe ao professor conscientizar o aluno de que se deve evitar o intercâmbio linguístico artificial para não contribuindo pela morte prematura da língua. (BRASIL, 2018)

No entanto, segundo a BNCC, é pertinente:

Tratar usos locais do inglês e recursos linguísticos a eles relacionados na perspectiva de construção de um repertório linguístico, que deve ser analisado e disponibilizado ao aluno para dele fazer uso observando sempre a condição de inteligibilidade na interação linguística. (BRASIL, 2018, p. 242)

A BNCC acrescenta ainda que “o status de inglês como língua franca implica deslocá-la de um modelo ideal de falante, considerando a importância da cultura no ensino-aprendizagem da língua”. Com isso, ela busca “romper com aspectos relativos à “correção”, “precisão” e “proficiência” linguística”.

Situar a língua inglesa em seu *status* de língua franca implica compreender que determinadas crenças – como a de que há um “inglês melhor” para se ensinar, ou um “nível de proficiência” específico a ser alcançado pelo aluno – precisam ser relativizadas. Isso exige do professor uma **atitude** de acolhimento e legitimação de diferentes formas de expressão na língua, como o uso de *ain't* para fazer a negação, e não apenas formas “padrão” como *isn't* ou *aren't*. (BRASIL, 2018, p. 242)

Portanto, a Base Nacional Comum Curricular parece defender que “é esse caráter formativo que tange a aprendizagem de inglês em uma perspectiva de educação linguística, consciente e crítica, na qual as dimensões pedagógicas e políticas estão intrinsecamente ligadas.” (BRASIL, 2018, p. 241)

No mais, assim como toda língua, o inglês está ligado às culturas de seus falantes. Portanto, essa dimensão de interculturalidade, sendo assim, deve ser trabalhada em sala de aula, de modo que o aluno aprenda de forma contextualizada e significativa, para que seu aprendizado transcenda o ambiente escolar.

A BNCC, ao propor uma articulação entre os eixos que a mesma apresenta para o ensino aprendizagem de língua inglesa, define como esse processo deve acontecer, de forma a promover a aprendizagem da língua estudada, para que ela transcenda o ambiente escolar, indo ao encontro da realidade contextual em que os alunos estão inseridos, o que é

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos grandes avanços tecnológicos e da globalização se torna, cada vez mais, necessário entender os motivos para se estudar o inglês, visto que, quando este acontece de forma efetiva, possibilita contextos reais de uso.

No Brasil, considerando fatores sociais e culturais, fica difícil pensar em um idioma estrangeiro como ferramenta efetiva de comunicação integral, e isso acaba gerando o desinteresse de alguns estudantes por esse estudo em sala de aula.

Diante disso, com este estudo, pudemos compreender que a BNCC propõe meios que proporciona o ensino de língua inglesa em sala de aula de forma a garantir uma aprendizagem significativa, apresentando eixos, competências e habilidades que oportunizam um ensino mais contextualizado.

Através dessa pesquisa, ao analisar os pressupostos da BNCC, foi possível entender que é possível suprir a deficiência gerada pelos problemas que acarretam o ensino de língua inglesa em sala de aula. Para tanto, esse documento propõe temas e objetos dos conhecimentos diversos e condizentes com a realidade sócio-histórica dos alunos, fato que os leva a uma maior possibilidade de exercício da cidadania e os capacita para a resolução de situações cotidianas.

Com este estudo, pôde-se compreender como a BNCC pode contribuir para a concretude de um ensino voltado para uma maior relação entre ambiente escolar e realidade contextual dos educandos, visto que o ensino de língua inglesa sem estimular o uso e de forma descontextualizada das culturas nacionais e estrangeiras, por exemplo, dificulta a aprendizagem até mesmo dos seus mais simples conceitos, gerando, assim, a desvalorização desse componente curricular.

Enfim, desenvolver este artigo voltado para essa temática foi imprescindível, visto que pudemos constatar que, conforme salienta a BNCC, não se pode ter uma

aprendizagem significativa dissociada das culturas de seus falantes – nativos ou não nativos – nem fora de seus usos cotidianos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, p 1998.

BRITISH COUNCIL; **O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira**. 1ª Edição | São Paulo, p 18, 2015.

CHAGAS, R. V. **Didática Especial de Línguas Modernas**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

COLOMBO, C. S. **O insumo linguístico oral em aulas de inglês como língua estrangeira para crianças**: a fala do professor em foco. São José do Rio Preto, p 23, 2014

DAY, Kelly. **Ensino de língua estrangeira no Brasil**: Entre a escolha obrigatória e a obrigatoriedade voluntária. Revista Escrita. Rio de Janeiro, v. 2012, n. 15, p.1-7, dez., 2012.

JACOMELI, Mara Regina M. **PCNs e Temas Transversais**: análise histórica das políticas educacionais brasileiras. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

LEFFA, Vilson J. **O ensino das línguas estrangeiras no contexto nacional**. Revista Contexturas/Ensino Crítico da Língua IngLEa. Vol.4. São Paulo: APLIESP, p 11, 1998.

LEFFA, Vilson J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>

ROSA, Cláudio Afrânio. **Como elaborar um plano de negócio**. Brasília: SEBRAE, p 18, 2007.

OLIVEIRA, Débora Lopes de; DERING, Renato de Oliveira. **BNCC e língua inglesa: reflexões e implicações no processo de aprendizagem a partir da leitura**. Volume 3, Número 4, 2018.

OLIVEIRA, Fernando Alves de. **Oralidade em língua inglesa, no ensino fundamental, à luz da BNCC**: um olhar reflexivo. Volume 10, número 3, 2018.